



ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACESSIBILIDADE: EXPERIÊNCIAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FEUFF NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Ianacilda de Lima Carvalho¹

Valdelúcia Alves da Costa²

Resumo

Este trabalho discute a política de ações afirmativas na inclusão educacional de estudantes com deficiência no ensino superior com base nas experiências vividas na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF) no apoio aos(as) estudantes com deficiência no período da pandemia do coronavírus. Considerando o período da pandemia da Covid-19, intensificou a invisibilidade vivida de maneira interpessoal e institucional e ampliou o quantitativo de estudantes em situação de vulnerabilidade educacional e emocional. O curso de Pedagogia da FEUFF diante da necessidade de implementação de aulas remotas observou, por meio de uma pesquisa, que os(as) estudantes apresentavam dificuldades de acessibilidade e inclusão. Assim, a FEUFF designou a Assessoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade para assessorar os(as) estudantes em situação de vulnerabilidade no que tange a saúde física, mental e financeira, incluindo os(as) estudantes com deficiência, tendo como objetivo buscar a educação inclusiva, atendendo intensamente aqueles que precisam de ajuda para permanecer na sua trajetória acadêmica. Por intermédio das experiências dos membros da Assessoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade, dos(as) professores da FEUFF atuantes nas disciplinas que têm estudantes com deficiência inscritos(as) em suas turmas no período do ensino remoto e estudantes com deficiência inscritos(as) nas disciplinas do curso de Pedagogia da FEUFF no período remoto este trabalho buscou identificar as barreiras pedagógicas existentes e os desafios pedagógicos (de ensino e aprendizagem) enfrentados. Para o alcance dos objetivos propostos será adotada a Teoria Crítica da Sociedade. Concluímos que, ainda com os limites impostos pela sociedade de classes, a FEUFF concentra grande capacidade de resistir e enfrentar a violência considerando a educação inclusiva. O aprofundamento nas experiências dos(as) membros da Assessoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade, dos(as) professores(as) e dos(as) estudantes com deficiência assume prioridade ao se vislumbrar uma educação emancipadora que favoreça o desenvolvimento do pensamento crítico e a autonomia docente.

Palavras-chave: Assessoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade do Curso de Pedagogia da FEUFF. Estudantes com deficiência. Pandemia do coronavírus-covid-SARS.

¹ Assistente em Administração da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Integrante do Grupo de Pesquisa (CNPq) Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão (GRUPEPE). E-mail: ianarj@hotmail.com

² Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão (GRUPEPE). E-mail: valdeluciaalvescosta@id.uff.br



VII SEMINÁRIO DISCENTE PPGEDU/UFF

10 ANOS DA LEI DE COTAS: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE
30 DE NOVEMBRO, 01 E 02 DE DEZEMBRO DE 2022

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. 2ª edição revista. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

CARVALHO, J. J. Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior: as propostas dos NEZBS. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano X, n. 29, mar, 2003, p. 9-57. Acesso em: 06 de jan. de 2021

CHAUÍ, M. S. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. 2003, n. 24, p. 5-15. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002> >. Acesso em: 29 abr. 2022.

FREITAS, L. C. de. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, nº 86, abr. 2004, p. 133-170. Disponível em: < <http://cedes.unicamp.br> >. Acesso em: 29 abr. 2022.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. Tese doutorado, Repositório Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87561> >. Acesso em: 05 de mar. de 2021.

NEPOMUCENO, M. F. **Lei de cotas em concursos públicos: a percepção e a concepção de deficiência das chefias, dos colegas de trabalho e das pessoas com deficiência**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. Programa de Pós-graduação em Educação. Resolução 01/2019. Disponível em:
[Resolução-nº-01-2019-Política-de-ações-afirmativas-do-ppg-educação-da-uff.pdf](#)
Acesso em: 03 de nov. de 2022.